

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 33

Aos catorze dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a Sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e Sérgio Costa Esperança.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, Vitor Manuel da Silva Martins, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Pedro Dias, Artur da Rosa Pires, Carlos Filipe Neto Brandão, José Alberto Martins de Carvalho, Carlos Manuel da Silva Santos, Joaquim dos Santos Abreu, José Maria Dias da Silva, Vitor Manuel da Silva Martins, Raul Ventura Martins, Sérgio Augusto Costa Esperança, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Vitor Cepeda Mangerão.

Continuando no uso da palavra deu nota à Assembleia de um pedido do Vogal António Salavessa, no sentido de que a suspensão do seu mandato neste órgão, seja prolongado até ao dia 13 de Outubro do ano em curso.

Deu nota também de um pedido de intervenção nos termos do nº 3 do Artigo 60º do Regimento da Assembleia, formulado à Mesa da Assembleia pelo cidadão Vitor Manuel Aguiar Gomes, o qual pretende usar da palavra, sobre o seguinte tema: "Incineradora de Resíduos Tóxicos" de Estarreja.

Imediatamente a seguir e de acordo com o nº 2 do Artigo 60º do Regimento da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos.

Cidadão Vitor Manuel Aguiar Gomes:

"Sr. Presidente, muito obrigado, venho intervir sobre a problemática da Incineradora de Estarreja; esteve até ontem entre nós, um cientista da "Green Peace" que a convite das organizações ambientalistas do concelho de Estarreja e não só, nomeadamente de Aveiro, Vagos, Oliveira do Bairro, em que solicitaram a presença desta entidade para avaliar os impactos da instalação desta Incineradora. Daquilo que se revelou para além de toda a polémica já levantada em volta da Direcção-Geral de Ambiente e do Ministério do Ambiente, em que demagógicamente tentou incutir na população Portuguesa de que este tipo

de Incineradoras eram para tratar dos lixos urbanos, o que é falso. A instalação desta Incineradora corresponde exclusivamente à resolução e incineração de produtos altamente tóxicos e a deposição das suas lamas em aterros sanitários, nomeadamente no lugar do Cardal - Vagos. De harmonia com o pedido da vinda deste cientista, chegou-se à conclusão mais uma vez, que esta Incineradora ao ser colocada, é altamente prejudicial não só à região de Estarreja, como aos concelhos circundantes, nomeadamente ao nosso concelho.

É nessa medida que eu faço um segundo apelo, em tempos já fiz um e recebi a solidariedade do Executivo Camarário e, neste momento apelo para esta Assembleia Municipal, para que de facto, em consciência tente estudar dentro da maior profundidade possível as consequências da instalação desta Incineradora; direi que, a instalação desta Incineradora e o seu volume em termos de custos que são extraordinariamente elevados, não justifica o seu volume para toda a produção nacional, o que quer dizer que, a muito curto prazo de tempo, os produtos nocivos e tóxicos produzidos em Portugal deixarão de "existir" em termos de justificar a rentabilidade de uma incineradora destas.

Em relação ao protocolo assinado entre o Governo Português e o Grupo Trevi e nomeadamente um Grupo francês que é o Lyonnaise, que se dedicam a aterros e estações de tratamento, leva-nos a concluir o seguinte: de acordo com o contrato que foi celebrado entre o Governo Português e o grupo Trevi, após um determinado tempo, que o contrato não estipula, não havendo em Portugal quantidade suficiente para rentabilizar esta Incineradora, é passível de, dentro da União Europeia, recebermos produtos tóxicos para serem reutilizados nesta zona; o que quer dizer que: considerando que a França é o primeiro país da União Europeia importador de produtos tóxicos para reciclagem, estamos a um passo de começarmos a importar produtos tóxicos de França para Portugal e a serem reciclados nesta área. Como nós sabemos, da sua reciclagem resultam dioxinas altamente tóxicas, muito mais tóxicas que os produtos inertes, portanto Aveiro é uma zona que vai sofrer, todos nós vamos sofrer, da presença na atmosfera de todos esses produtos, em termos de respiração. Pese embora a existência de filtros, não existe neste país fiscalização séria para conseguir impedir todas as fugas e a manutenção correcta de todo o material.

Por último direi que, isto passa por mais do que resolver um problema nacional, passa por um grande negócio em que inclusivamente grandes grupos Italianos, nomeadamente ligados à Mafia, em que estão envolvidos principalmente no comércio dos produtos tóxicos."

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Raul Martins e Artur Lopes Lobo.

Imediatamente a seguir submeteu à discussão e votação da Assembleia as Actas nºs 24, 25 e 26;

ACTA Nº 24 - Submetida à discussão, usou da palavra o Vogal Rosa Pires, para fazer um brevíssimo apontamento: na página 24, na declaração de voto que apresentou em nome da bancada do PSD, na terceira linha fica com a seguinte redacção: - "este plano demonstra com grande clareza a inadequação do modelo de gestão autárquica, que enquadróu a sua preparação, para fazer face aos desafios com que Aveiro hoje se confronta." Posta de seguida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e três abstenções.

ACTA Nº 25 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e três abstenções.

ACTA Nº 26 - Submetida à discussão usou da palavra o Vogal Rosa Pires para propôr algumas alterações ao texto, alterações essas que a Assembleia aceitou não levantando aqualquer objecção, posto o que, o Sr. Presidente submeteu a referida Acta à votação, tendo a mesma merecido aprovação por vinte e três votos a favor e sete abstenções.

Imediatamente a seguir passou-se ao período regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, o assunto que norteia esta minha intervenção é, na minha opinião de uma gravidade inusitada. Eu, estou a falar pausadamente numa tentativa, espero que conseguida, de controlar as emoções ao longo desta intervenção. Até hoje jamais tive razões para me

considerar agastado com a atitude da Câmara Municipal como tenho hoje, porquê? quero saber por razão a Câmara Municipal não trouxe à Assembleia Municipal a concessão da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos? quero saber porque razão o Sr. Vereador Vitor Silva, depois de instado nesta Assembleia Municipal, em reunião anterior, tendo-se afirmado disposto ao diálogo, aberto a uma atitude de plena cooperação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Assembleia Municipal, disse, e todos nós somos testemunhas, estar à espera de um parecer da Comissão de Coordenação da Região Centro para saber se a adjudicação da recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos careceria ou não de aprovação em Assembleia Municipal; mais, disse que, mesmo que não carecesse de aprovação em Assembleia Municipal, mesmo que não fosse objecto de concessão, sempre estaria disponível para trazer a esta Assembleia a discussão desta matéria atenta a sua especial delicadeza. Sucede que o parecer CCRC veio, e o parecer veio inequívoco, o parecer diz que: "a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e o seu destino final, pelo facto de ser concedido e passar a ser concedido por uma entidade privada, mantém-se público e nunca deixa de pertencer ao Município o poder de o regulamentar; deve assim esta autarquia local abrir concurso público nos termos do artº 10º a 14º do Decreto-Lei 390/82 de 7 de Dezembro, para proceder à concessão pretendida." Quer isto dizer para os leigos na matéria, que é uma matéria concessionável e como tal carecendo da aprovação da Assembleia Municipal.

Quero saber porque razão o Sr. Vereador Vitor Silva, contra o parecer da CCRC, que encomendou e que recebeu, celebrou e deliberou apressadamente ao que julgo ainda esta semana, celebrar um contrato, cometendo desta forma uma ilegalidade. Quero saber porque razão decidiu esta matéria, ao arrepio daquilo que ele pessoalmente se comprometeu, e lembro que não se trata apenas de um compromisso, trata-se neste caso de uma obrigação legal, mas não estou sequer preocupado com as questões de natureza jurídica, embora elas de "per si" sejam suficientemente graves, estou a limitar-me e a reportar-me a uma postura que esta Câmara deve ter e que, ao que creio, nunca esta Assembleia desmereceu qualquer consideração. Penso que a atitude foi grave e carecida de ponderosas explicações."

Vogal João Peixinha:

"Eram só três alertas à Câmara Municipal sobre o seguinte: há tempos atrás a Câmara procedeu à limpeza junto ao Cais do Paraíso, só que se esqueceu depois de remover os lixos. Atendendo a que estamos na época balnear, aquela zona é uma zona onde quase todos os Turistas que vêm Aveiro passam, acontece que realmente aquilo está muito feio, está muito sujo e era bom que a Câmara procedesse à limpeza do local;

Outro caso é o do monumento ao "Marnoto", acho que este monumento está desprezado, não funciona, está parado, já vi aquilo bonito e parece-me que neste momento qualquer coisa se passa que aquilo não funciona, era bom que as águas começassem a correr e estivesse iluminado;

Outro pormenor que queria chamar atenção, é para o facto da Baixa de Stº António já não ter luz há muito tempo; a Baixa de Stº António está completamente às escuras, numa época de Verão em que as pessoas gostam de passear."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, não vou chamar atenção das muralhas da Ria, todos temos consciência do seu estado. Gostava de chamar atenção do mau estado de limpeza em que se encontra o centro da cidade e a zona antiga; chegámos ao Verão época de afluência de turistas, a nossa sala de visitas, o jardim do Rossio encontra-se numa situação degradada e vergonhosa: bancos em estado calamitoso, candeeiros sem lâmpadas e sem globos, alguns estendidos no chão há já bastante tempo. O Canal de S. Roque, outra zona de afluência turística encontra-se no mesmo estado. Mesmo ao lado da Biblioteca Pública, hoje um espaço privilegiado, encontramos a paragem de autocarros que não condiz com o ambiente e num estado de limpeza que nem é bom falar. Lembramos mais uma vez que estas zonas são o hall de entrada e sala de estar da cidade. Gostava também de chamar atenção do seguinte: foi aprovado pela Comissão Consultiva de Trânsito da cidade, Comissão esta, a que assisti como convidado, uma recomendação à Câmara no sentido de estudar e aprovar a colocação de Parcometros na Rua Dr. Alberto Souto e Soares Machado. Gostava de informar esta Assembleia que o parecer do Presidente da Junta da Freguesia da Vera-Cruz, foi contra esta aprovação. Lamento que os meus argumentos não fossem suficientes para convencer os Srs.

Consultores, da não colocação de parcometros naquela zona habitacional. Seria até interessante que os Srs Deputados das diversas forças políticas aqui representadas dessem o seu parecer sobre este assunto. Entretanto chamo a vossa atenção para o seguinte: naturalmente que a colocação de parcometros num local, para libertar o estacionamento, vamos esquecer que vamos saturar o estacionamento dos locais circunvizinhos; assim aconteceu na Av. Dr. Lourenço Peixinho, e, isto não é mais do que estarmos a concorrer para um círculo vicioso. Com a colocação de parcometros estamos a pretender beneficiar quem chega, mas estamos a prejudicar muito mais quem está, quem mora. Segundo o parecer de técnicos de trânsito o parcometro é o gerador da terceira fila; com a colocação de Parcometros nestas Ruas, naturalmente vamos ter as Ruas mais desobstruídas, mas a razão é só uma, este acontecimento só se vai dar devido a passar haver mais policiamento nesta artéria - no fundo é uma falsa questão; pergunto se neste momento o estacionamento nas Ruas Dr. Alberto Souto e Dr. Soares Machado, fosse igual à Dr. Lourenço Peixinho tenho a certeza que não haveria problemas de trânsito, nem de estacionamento; sem dúvida a colocação de Parcometros, é a situação mais cómoda, a Polícia fiscaliza e multa nas zonas de Parcometros, raramente vimos multar nas zonas de proibição de estacionamento. Sinceramente não me digam que se pretende beneficiar com esta medida os comerciantes da zona, quando daqui a seis meses vai abrir o Silo-Auto mesmo ali a cem metros. Faço uma pergunta muito concreta, será que a Câmara está de costas voltadas para os moradores da freguesia da Vera-Cruz? será que a Câmara pretende obrigar os moradores da freguesia da Vera-Cruz a guardar os seus carros no Silo-Auto que vai abrir? termino, chamando atenção desta Assembleia que num futuro próximo os Parcometros serão considerados zonas de portagem, esperem para ver o que o estudo do trânsito nos vai dar."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, há tempos numa reunião de Presidentes de Junta, ficou acordado que seriam contactados sempre que houvesse nas nossas áreas, novas obras; consideramos que estavam em elaboração diversos Planos de Pormenor e que os Serviços de Topografia da Câmara, muito embora respeitando a lei existente, estariam atrasados no tempo e a condicionar o desenvolvimento dos nossos Planos de Pormenor com

alinhamentos que não têm nada a ver com a realidade futura e que se pretende implementar com esses Planos de Pormenor. Chamava a atenção da Câmara para o compromisso que assumiu com as Juntas de Freguesia, de as contactar e nós estamos disponíveis para colaborar nisso, para que haja infraestruturas de carácter urbano mesmo nas aldeias.

Queria também lamentar que, no âmbito do programa "Olimpo" a Freguesia de Oliveirinha não foi contemplada com nenhum protocolo apesar dos badalados protocolos assinados com várias entidades de carácter desportivo, a ARCO da Freguesia de Oliveirinha não foi contemplada, não há qualquer resposta sobre esse programa, que seria interessante que se realizasse, desde que não houvesse discriminação, o que me parece que está a acontecer e, mais uma vez eu tenho que lamentar que assim seja.

Quanto à instalação das Bibliotecas nas Freguesias, pedia à Câmara que fizesse o favor de se preocupar em dotar as Juntas com mobiliário necessário, porque as Juntas não têm dinheiro para adquirir mobiliário, também isso não é respondido.

No âmbito do projecto "Raízes", levado a efeito na Freguesia de Oliveirinha, saliento o comportamento do pessoal dos Serviços de Cultura, que foi inescrivível em dedicação e colaboração.

Lamento por outro lado, que no Pelouro da Cultura, no Pelouro do Desporto e no Pelouro das Escolas, etc, não sei a quem toca, nós que ocupamos os nossos tempos livres a enviar propostas escritas para a Câmara, não vemos e é lamentável a resposta aos nossos ofícios."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, não poderia deixar passar esta sessão da Assembleia Municipal, sem assinalar um acontecimento recente e importante, que é o da inauguração do Centro de Formação e Emprego e do Centro Cultural e de Congressos.

Trata-se de uma obra importantíssima que dignifica muito a cidade e a região de Aveiro, tem potencialidades importantíssimas e conhecidas de todos.

Gostaria de felicitar a pessoa que teve essa ideia originária de propiciar o aproveitamento excelente que é aquela obra; auguro que à dignidade da obra venha a corresponder um condigno aproveitamento

delas. Nesse sentido, na parte que ao Executivo compete, perguntava se se já existem ideias sobre isso e o que é que está imediatamente em vias de concretização, bem como se da parte do poder central existe alguma coisa para aquilo que lhe compete administrar."

Vogal Virgínia Veiga:

"A minha intervenção é para lembrar, salvo erro já em Setembro do ano passado aqui foi colocado ao Sr. Engº Vitor, como representante da Câmara Municipal, ao que parece com poderes para responder, a questão do Sistema de Tratamento de Resíduos Urbanos do Concelho. Quase que era escusado comentar mais uma vez que é no mínimo profundamente estranho que aqui nesta Assembleia haja uma preocupação constante em relação aos resíduos dos concelhos limítrofes e, uma filosofia de comportamento totalmente diferente para aquilo que afinal é da competência de todos nós, porque nós temos aqui todos, Vereadores por um lado, Deputados Municipais por outro, um mandato popular para ser exercido de forma séria e, quando se diz de forma séria, diz-se desde logo, quer haja quem goste, quer não haja, dentro da lei. Eu não consigo compreender e, nesse aspecto tenho obviamente que subscrever a intervenção do meu colega de bancada Dr. Neto Brandão, não consigo compreender que filosofia assiste a esta Câmara no tratamento de resíduos de qualquer natureza, e especialmente agora no caso do tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Não consigo compreender o que é que pretendem, que nós Deputados Municipais pensemos de coisas como esta: reparem na Ordem de Trabalhos de hoje! quando é urgentíssimo tratar a questão dos resíduos urbanos de Aveiro - trazem-nos aqui hoje pela segunda vez, para tratar de quê? vejam bem, quando é urgente tratar deste assunto, quando este assunto já devia cá ter vindo, pelo que me foi dado perceber o ano passado, já em Agosto ele era matéria de uma entrevista do Vereador Vitor Silva ao jornal "Público", como é que é possível passado um ano, chamarem-nos aqui para ouvirmos uma comunicação do Sr. Presidente, e a Fundação Santa Maria Manuela, quando a própria Câmara tinha acordado por unanimidade que não estava de acordo com os Estatutos. Andam a brincar connosco? a Câmara está inoperante ou está a gozar connosco e a fazer de nós parvos? não tráz aqui assunto nenhum sério, a seguir propõe-se aqui perante nós, toma compromissos através do seu próprio Presidente e

através dos seus Vereadores e, nas nossas costas faz outra coisa completamente diferente?

Presidente da Mesa, interrompe:

"Sra. Dra. Virgínia, é só uma chamada de atenção para não entrar no período da ordem de trabalhos, que depois será tratado."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Eu peço desculpa Sr. Presidente, com todo o respeito que me merece, a questão que eu estou a trazer neste exacto momento está profundamente enquadrada naquilo que foi dito.

Veja-se a páginas catorze, o que nós vamos ter que ouvir daqui a bocado a propósito do tratamento de resíduos e, afinal, para minha surpresa, que tinha pedido por requerimento escrito, através do Sr. Presidente da Mesa, cópia do parecer da CCRC, tenho conhecimento através da Comunicação Social que a CCRC, através da Comunicação Social deu um parecer, aliás positivo, àquilo que venho dizendo aqui desde o Verão do ano passado e, na sequência disto, tenho que saber agora que afinal as coisas já foram aprovadas...? que não foram seguidos os termos legais relativos a isto... porquê? qual é a pressa? é para ver se nós anulamos ou pura e simplesmente para que se não tratem os assuntos como deve ser? às claras, e, no entanto vamos aqui discutir coisas que afinal não têm a mais pequena razão de ser. O que é que está aqui com razão de ser? uma aprovação que nós desconhecemos? ou o teor desta Comunicação? porque é que não nos trouxeram ainda aqui a proposta para o tratamento de resíduos? e porque é que nos trazem aqui propostas de Fundações que, na própria Câmara, por unanimidade consideram que têm uns estatutos que a própria Câmara não aprova - francamente andam a brincar connosco ou a chamar-nos estúpidos indirectamente! na parte que me toca é particularmente ofensivo...!"

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria começar por abordar o tema da Fábrica Campos, queria felicitar efectivamente o Município de Aveiro pela obra que tem à disposição de todos os munícipes e, corroborando umas palavras do Presidente da Câmara no discurso de inauguração, queria evocar três pessoas que foram de facto importantes neste processo, uma delas, que não está ligada à política, conseguiu sensibilizar muitas das pessoas intervenientes na política da época, que

foi o Dr. Amaro Neves, era o Presidente de uma Associação Cultural, de nível local e encetou uma luta nos anos 78 que depois teve o seu eco, e com toda a justiça também o Dr. Girão Pereira e o Dr. Rui Amaral, que foram de facto os fautores do "negócio", dessa cooperação a nível central com a Câmara de Aveiro.

E, já agora recordo a outra faceta da mesma moeda, que é: nos corredores desta inauguração, eu ouvir pessoas ufanas, quase gabando-se que foram de facto os feitores disto e que sem eles nada feito; esquecem-se que foi de facto devido à esperteza de negociação na época deste dois autores, Girão Pereira e Rui Amaral, que se deveu este empreendimento, que depois o actual Governo perante factos consumados se viu "obrigado" a levar a cabo, e, quando digo actual Governo refiro-me ao Governo de Cavaco Silva, que desde 87 está no poder, e, aí entrou uma terceira pessoa que foi o Dr. Bagão Félix, que também ocupou um cargo importante no caso; mas inicialmente foram estas duas pessoas e a Câmara da época do período de 82/85, que arcou efectivamente com as responsabilidades políticas dessa decisão.

Não se trata aqui de tecer elogios a ninguém, penso que o antigo Presidente da Câmara, o antigo Ministro Rui Amaral, enfim todos quantos estavam no poder, cumpriram a sua obrigação. Trata-se de dar a César o que é de César, e, recordar de facto o trabalho, as dores de cabeça que muitos passaram e que agora não estavam na Mesa de inauguração desta Assembleia.

E, a propósito de Mesa, confesso que estranhei a ausência do nosso Presidente desta nossa Assembleia Municipal. Exijo uma explicação do actual Presidente da Câmara sobre este tema, exijo, porque é uma ofensa a este órgão, e, inserindo esta questão naquilo que a Dra. Virgínia acabou de referir, eu subscrevo-a: os Senhores andam a gozar com esta Assembleia, se querem que esta Assembleia goze convosco, vamos a isso, arregacemos as mangas!

Relativamente à recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, espero que o Eng^o Vitor Silva saiba responder cabalmente às perguntas que lhe foram formuladas, mas antecipo desde já a dar uma dica: é que, se o Sr. Eng^o Vitor vai dizer a esta Assembleia que o problema é jurídico, não é político, eu discordo, ele é iminentemente político, por alguma razão os nossos antepassados criaram os Serviços

Municipalizados, por alguma razão os nossos antepassados criaram o Sistema Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos a cargo das autarquias, por alguma razão se elegem autarcas, e, se os autarcas não têm capacidade para gerir aquilo que lhe confiaram, demitam-se meus Senhores! se não têm capacidade para admitir mais funcionários, para comprar mais meia dúzia de camiões, ainda que tenham que contrair um empréstimo para o efeito, empréstimo esse que esta Assembleia nunca se negou a fomentar, eu digo: se não têm capacidade para isso demitam-se! eu não tenho dúvidas, e, já que estamos a falar em antepassados, se Marcelo Caetano existisse e estivesse à frente deste país, não deixava que estas questões passassem desta forma, e, digo isto não do ponto de vista político, mas no aspecto do direito administrativo.

Finalmente sobre os Parcómetros, eu volto à questão inicial, se não há capacidade de gestão desta Câmara, se não há imaginação, os Senhores só têm uma solução, a porta por onde subiram saiam! a solução Sr. Eng^o, não é a de instituir Parcómetros, os Srs. nunca explicaram a esta Assembleia a que título dão percentagem do rendimento dos Parcómetros à Polícia, e isso é ilegal! dão percentagem sobre o rendimento: não podem! aguardo explicação sobre esta matéria.

Andámos a ser enganados pelo anterior Vereador do Trânsito, o Coronel Martinho, que nos prometeu um estudo e, no final do mandato disse: "meus senhores eu tenho o estudo, mas já está desactualizado, e como me vou embora...." o Eng^o Vitor, entrou para Vereador do Trânsito e mandou fazer outro estudo, eu espero que o mandato acabe depressa também, porque de facto não há estudo nenhum e com estas medidas a cidade não vai a lado nenhum!"

Vogal Vitor Mangerão:

"Sr. Presidente, caros companheiros de Assembleia Municipal, eu, por uma questão de saúde mental, recuso-me terminantemente a fazer de uma sessão, nesta altura de Julho, com outra pré anunciada para 27, motivo de reflexões profundas e de tomadas de posição com ar definitivo, do balanço político/administrativo. Preferiria que, já agora, acabássemos este ciclo em cima do Verão e, quando regressássemos de férias, se possível depois de consumados os resultados das eleições legislativas que vão ser um factor importante em termos psicológicos, políticos etc, e de enquadramento para o futuro,

quaisquer que sejam esses resultados; depois disso tudo, então sim, assumimos institucionalmente todos como Assembleia, a responsabilidade desta cidade e deste concelho, neste passar de um estilo de governação, de uma época de características própria de governo, que também central, para uma época nova, tanto a nível local, como eventualmente a nível central. Acho que é importante termos consciência de que realmente estamos num momento de passagem de uma época para outra época e, todas as tomadas de posição feitas talvez um bocado mais de forma emotiva podem pecar por serem incompletas ou por despoletarem prematuramente as questões. Digo isto só para lembrar que há uma proposta que continua de pé, penso que foi debatida recentemente, que é a da realização assumida por esta Assembleia, juntamente com a Câmara, do debate aprofundado da problemática da cidade, da problemática do Município; há questões que, chega a ser ridículo uma pessoa aproveitar-se desta desgraça que é o período de antes da ordem do dia, para as aflorar, não dá tempo! pega-se pela fimbria e fica-se por aí..., espera-se pela resposta da Câmara, a Câmara dá a melhor, dá a pior ou nem sequer dá, e temos que ficar satisfeitos porque depois há uma ordem de trabalhos a cumprir: assim não vale a pena! ou paramos de uma vez por todas e, por uma vez podemos aceitar em conjunto uma responsabilização pelo futuro desta terra a partir de um diagnóstico realista do que se está a passar, do que se passou, ou aceitamos essa co-responsabilização, ou então realmente vale tudo e é ao rasgadinho. Isto é um aviso para a Câmara, é um aviso para todos nós; a partir de Outubro, depois do Verão, vale tudo ao rasgadinho. Por alguma coisa simbolicamente o Dr. Girão Pereira, hoje apareceu na Câmara para dizer o seu adeus definitivo - não há mais Girão Pereira! agora há o Sr. Professor Celso! há quem está! eu não vou dizer, nem como figura de retórica "por onde entraram se acham que não são capazes que saiam" não, neste momento perto de entrar em férias, Deus me livre, depois não sei..., isso não depende de mim, tem que depender de todos nós, da bancada do PP também, afinal de contas a população elegeu-nos a todos, tão legítimos são uns como o são outros e, a população está a olhar para nós há espera do que é que nós fazemos e do que é que nós dizemos uns aos outros inclusivé.

Isto é uma introdução breve, só para dizer que de tudo quanto se passou na inauguração da Fábrica Jerónimo Prereira Campos, por

exemplo a mim chateia-me particularmente a lembrança de uma pequena coisa, se calhar outros não ligaram, se calhar houve até quem achasse giríssimo, boa ideia; eu por exemplo achei aquilo uma pepineira; aquele oferecer uns copos à malta que ia saindo do anfiteatro, cá fora na varanda, com uns salgadinhos de pacote numas mesas, aquilo não se faz! peço imensa desculpa; ou se dá uma coisa a sério, ou não se dá nada! porque não é exigível a uma cerimónia que acaba antes da hora do almoço, dar-se uns copos, a não ser que estejam a preceder um almoço; aperitivos sem almoço não há! portanto revejam estes pontos de vista do ponto de vista da Câmara, porque a dignidade do Município começa pela própria imagem externa que dá, pela etiqueta, pela educação, pela compostura. É importante pensar-se nisto, porquanto se dispõe agora de um espaço magnífico como é a Fábrica Pereira Campos, o problema que se põe a seguir é: como é que vai ser gerido, quem e com que objectivos? e isso vai ser uma questão que temos que discutir muito a sério, porque não é só amanhã a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, são outros aspectos do património Municipal alargado, por exemplo de um Teatro Aveirense, por exemplo de um hipotético, eventual, futuro, desejável ou não, Centro de Exposições, tudo isso tem de ser tratado numa óptica de uso do poder Municipal, muito compenetrado, muito certinho, muito transparente."

Presidente da Câmara Municipal:

"Relativamente à questão da limpeza no Cais do Paraíso, disse que pensa que a mesma terá sido mandada fazer pela empresa 8' Oeste, que depois não procedeu à retirada do entulho, porém salientou que a Câmara irá dar solução a algumas chamadas de atenção que aqui foram referidas.

No que se refere à questão dos alinhamentos levantada pelo Vogal Armando Vieira, disse que se há falhas, elas são da parte dos técnicos, uma vez que os compromissos no que respeita a essa matéria estão assumidos pela Câmara, todavia se foram detectadas algumas falhas a Câmara agradece que lhe sejam comunicadas, para que seja feita uma chamada de atenção ao Gabinete respectivo.

No que se refere ao Centro Cultural e de Congressos, referiu que de facto não há dúvida que foram todas aquelas pessoas que o Vogal Custódio Ramos, apontou na sua intervenção que conseguiram "segurar" aquele monumento da arquitectura industrial, que honra a cidade de Aveiro

e, naturalmente todos aqueles que naquela data estavam no Executivo Municipal, Vereadores, Membros da Assembleia, a todos eles se deve o carinho que tiveram por aquele edifício que hoje ali se encontra para prestar serviço útil à Comunidade Aveirense e à sua Região.

Quanto às questões levantadas pelo Vogal Vitor Mangerão, disse que de facto apreciou aquilo que disse, reconheceu que as questões terão que ser discutidas no momento próprio, terão que ser feitas essas análises com a colaboração de todos. Disse também que no momento próprio a Câmara trará a este órgão uma descrição detalhada das obras em curso e daquelas que estão projectadas.

Disse também que não foi por mal e pediu desculpas pelo facto de não ter chamado o Presidente da Assembleia para a Mesa da inauguração, mas que isso se deveu a uma falha protocolar, que reconheceu imperdoável, lamentando por isso o sucedido, esclarecendo que não houve qualquer propósito em diminuir a figura do Presidente da Assembleia Municipal.

A finalizar e no que se refere ao Monumento ao Marnoto, disse que neste momento foram solicitadas propostas a várias firmas, com vista à reparação de algumas anomalias verificadas no mesmo.

Vereador Vitor Silva:

"Vou tentar responder às questões que me foram postas que me parecem ter alguma pertinência, com a celeridade que elas merecem e sem dramas e, vou concretamente já ao problema dos lixos que dividiria em três partes: parte legal, parte política e um problema de ordem pessoal. Todavia, gostaria de fazer um pouco a história disto e o porquê desta situação. No Plano de Actividades previa-se a resolução do problema da recolha e de transporte, o tratamento é outra questão que eu gostaria que fosse perfeitamente distinta porque não estou a tratar do tratamento ainda, ando a tentar resolver o problema do tratamento, mas como sabem o tratamento vai ser uma solução integrada num problema quase de âmbito nacional, entre a Nazaré e o Furadouro, estando prevista uma reunião para muito breve para tratar deste assunto e na qual estarão presentes técnicos da CCRC e com os GAT's envolvidos neste processo, porque tentou-se um processo mais aligeirado, mas o Governo que neste momento gere o destino destas questões, impõe soluções integradas e perfeitamente rentáveis; e em termos de resíduos sólidos não há sequer

Fundos Comunitários para tratamento desta matéria; portanto tem que haver uma Associação de Municípios ou várias Associações de Municípios para o tratamento desta situação.

Portanto estamos a falar apenas na recolha e transporte e tudo o que envolve esta situação. Como é sabido a cidade tem vindo a degradar-se com o problema da falta de limpeza e porquê? com a dificuldade que temos encontrado quer no equipamento, quer até na aquisição de mão de obra para esse fim. Foi aprovado na Câmara e de acordo com a lei a abertura de um concurso para prestação de serviços nesta área, tendo essa aprovação merecido a unanimidade. Já no decorrer da apreciação de propostas foi levantada a questão da legalidade; desloquei-me a várias Câmaras e, todas elas enveredaram pelo sistema de prestação de serviços. Entretanto pedi um parecer jurídico sobre a matéria à CCRC, esse parecer que transcreve fundamentalmente a lei, sem se reportar exactamente ao caso concreto de Aveiro, por outro lado admito também que o problema não terá sido devidamente posto, o teor do referido parecer já nós sabíamos, uma vez que se limita a fazer uma transcrição da lei. Posteriormente falei com alguns juristas e com outras Câmaras que estavam a tratar exactamente o mesmo problema e, eles disseram que a via correcta seria mesmo a prestação de serviços. Enfim, andei um pouco envolvido com esta situação, digo mesmo, de alguma forma até baralhado; não vinha preparado para esta questão até porque vinha convencido que hoje não haveria quorum, não fora isto, teria aqui todos os elementos.

A concessão só é possível com tarifa, e resolvi então pedir novos pareceres jurídicos a dois gabinetes, os quais já foram dados e são favoráveis à prestação de serviços. Entretanto debato-me com o problema da falta de equipamento, de pessoal, tenho pareceres jurídicos favoráveis, é visível que as Juntas de Freguesia e a cidade cada vez mais estão com problemas no que respeita à limpeza, debati-me com estes problema e resolvi então propor à Câmara, se com dois pareceres jurídicos favoráveis, se seria ou não de avançar com o processo, tanto mais que ele depois terá que ser visado pelo Tribunal de Contas e, como costuma dizer-se, enquanto o pau vai e vem folgam as costas e, este problema tem que ser resolvido urgentemente e penso que neste momento seria a forma que mais interessava ao Município, fazer a adjudicação deste processo e

mandar para o Tribunal de Contas numa tentativa de arrancar rapidamente para resolver os problemas da cidade que está neste momento com muitos problemas de limpeza, e a Câmara concordou com os votos desfavoráveis do Partido Socialista.

Há aqui um problema de ordem política que eu assumo por inteiro, serei julgado por isso, a população dirá se agi bem se agi mal e a Assembleia também se pronunciará sobre a legalidade do processo.

O problema de ordem pessoal, é que eu comprometi-me a trazer esta situação à Assembleia e quero trazê-la, mas somente quando tiver todas as peças do processo e o parecer do Tribunal de Contas."

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, eu mantenho o teor da minha intervenção de há pouco provavelmente agravado pela resposta do Sr. Vereador; a situação é de facto grave e nós estamos a falar de uma questão de transparência e de lisura de processos e de lealdade para com esta Assembleia. O Sr. Vereador tinha na sua posse um parecer da Comissão de Coordenação da Região Centro inequívoco, no sentido de considerar a actividade de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, uma matéria de serviço público e como tal concessionável. Eu, quero saber, porque tudo isto tem uma razão e eu confesso que ainda não a descortinei, ou talvez a tenha descortinado, quer dizer, porque razão o Sr. Vereador ou a Câmara, na posse de um parecer da CCRC, vai contratar os serviços de juristas privados para contrariar um parecer inequívoco? quero saber quanto custaram esses pareceres? quero saber também, porque também não é óbvio, quem vai pagar esses pareceres? e quero saber com que legitimidade o Sr. Vereador na posse de dois pareceres contrários, portanto no mínimo na dúvida, vai optar pela posição que o liberta de trazer à Assembleia Municipal esta matéria.

O próprio parecer em que o Sr. Vereador se fundamenta determina, esclarece particularmente que a lei de delimitação dos sectores, veda o acesso de empresas privadas à actividade de recolha e tratamento de resíduos sólidos, isto é inequívoco, está na lei, não há possibilidade de haver dúvidas sobre isto. Através de um jogo pouco hábil de palavras, porque é de tal forma manifesto, que eu tenho pudor em qualificar isto, devido à consideração pessoal que eu tenho pelo autor de um dos pareceres, em que vem decompor a proibição da recolha e

tratamento em dois segmentos: é que, a recolha e tratamento está proibida, mas diz o "ilustre" relator deste parecer, que se está proibida a recolha e tratamento, já não está necessariamente proibida a recolha e transporte, ou seja, com este brilhante raciocínio, bastaria decompor a recolha e tratamento que está inequivocamente proibida, numa recolha e transporte, e porque não também num transporte e tratamento? quer dizer, isto é de tal forma fraco, que no mínimo V. Ex^a não se podia ter alicerçado nisto, mas, volto a dizer que nem estou a levar isto para uma questão jurídica, eu estou a levar isto para uma questão de lisura de procedimentos e de postura perante esta Assembleia. V. Ex^a no mínimo estive na dúvida e optou por aquela posição, coartou a possibilidade desta Assembleia se pronunciar, isto é no mínimo sintomático e, repito, numa Câmara que se defronta com dificuldades financeiras notórias, quero saber com que legitimidade o Sr. Vereador na posse de um parecer negativo vai contratar os serviços de juristas privados para lhe darem pareceres negativos? quero saber quanto é que custaram? quem os vai pagar? eu quero saber que propósitos, que fins, estiveram subjacentes a esta pressa inusitada da Câmara Municipal, em despachar este assunto, em contratar apressadamente com uma empresa privada, postergando aquilo que há priori e que a Comissão de Coordenação de forma inequívoca determinou que era uma concessão?

É que a Câmara quis esconder e não o conseguiu e hoje, ficou demonstrado que o não conseguiu, é a sua total incompetência para lidar com esta questão. O Sr. Vereador confessou: "não sei", disse, "não consigo dar solução a isto"; o Sr. Vereador teve medo, e, só o medo em ver reconhecida a incompetência nesta matéria, justificou a deslealdade que teve com esta Assembleia em recusar-se a trazer a ela a discussão desta matéria, isto é manifesto, isto é grave."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Bom, tentarei exprimir-me de forma mais calma do que há pouco, embora com uma não menor capacidade de indignação que às vezes também faz falta e, se às vezes a usassem também mais amiudadamente, talvez nós não estivéssemos aqui hoje a "partir pedra" sobre um assunto, mas sim a discutir de facto o efectivo contrato de concessão, porque essa é a questão de fundo. Qual é o cerne desta questão? a necessidade que todos reconhecemos de tratamento dos

resíduos sólidos urbanos do concelho e, para meu espanto ouço sistematicamente o Sr. Engº Vitor, nesta Assembleia, usar sempre a palavra cidade... é aí que me revolta e que começa a minha indignação, porque eu não sei o que é que a Câmara está a fazer, não sei! refere-se ao concelho? o contrato refere-se ao concelho? ou, tem preocupação também na envolvente nas freguesias rurais? eu vejo aqui os Srs. Presidentes de Junta, não estão preocupados com isto? eu não sei o que se se está a passar, será que sabem? é que reparem uma coisa, eu tenho apenas que fazer perguntas, e, faço só esta: aqui no centro por exemplo há material que pode a curto prazo vir a dar efectivamente algum dinheiro, porque é reciclável, como é o caso do papel, de algumas outras embalagens, como as latas, e, depois por aí fora, nos concelhos rurais será assim? e o transporte? como é que é? aqui dentro é relativamente fácil, e depois por aí nessas ruas à volta, nas freguesias rurais? eu não sei nada disto, isto revolta-me! e esta é a questão fulcral, será que a Câmara está efectivamente a fazer um bom contrato para tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho? tenho muitas dúvidas e, ainda aqui ninguém esclareceu porque só ouço falar de cidade, e, tenho tantas dúvidas, e mais ainda, quando o Sr. Engº Vitor diz que vai trazer aqui o processo à posteriori, porque a última vez que me trouxe aqui um processo à posteriori estava eu a começar aqui as minhas funções, foi exactamente o processo de dragagem dos canais e, estou a ver o que aconteceu, e ainda está por tratar, a cidade está toda em ruínas porque nos trouxeram aqui um processo para ratificação à posteriori; assusta-me... depois tivemos já aqui outros casos exemplares em que, não nos foi permitido aqui discutir o assunto e, verificou-se depois que teria sido preciosa, como foi o caso da Pluricanal, a ajuda prévia desta Assembleia. Finalmente, e esta é a questão de fundo, eu de facto subscrevo inteiramente todas as palavras e pedidos de esclarecimento do meu colega de bancada Filipe Neto Brandão, porque há uma coisa aqui no mínimo estranhíssima, já lhes disse, repito, parece que ninguém percebeu... a própria bancada do PP ninguém se assusta com isto? é que desde Agosto do ano passado, nós estamos a falar de pressa e todos temos imensa pressa em que os resíduos sejam tratados e, quando nós estamos com essa pressa, nós, pelo menos eu aqui, vejo que desde Agosto andam preocupados em discutir isto, em dar entrevistas para os jornais sobre este assunto, já o

podiam ter trazido cá desde Janeiro e não trouxeram; se os Srs. Vereadores ou se algum dos Srs. Deputados Municipais, no uso das suas funções quiser ter a delicadeza de ir verificar as actas da Câmara a respeito desta matéria, verificará que pelo menos desde Janeiro, que o Sr. Eng^o Vitor podia e devia ter trazido este assunto aqui e, no entanto, durante este período de tempo o que é que esteve a fazer? a coleccionar e a tentar coleccionar pareceres à viva força, que contrariassem as intervenções que aqui tinham sido feitas, para aqui não trazer o assunto, eu não consigo compreender isto, francamente coleccionar pareceres, protelando a questão de fundo, ao mesmo tempo, aí está a indignação de há bocado, que aqui me chamam hoje para tratar de dois assuntos que não têm qualquer espécie de sentido, isto, obviamente não só preocupa, como é estranho e, necessita efectivamente de melhor esclarecimento, isto é, a Câmara não teve pressa nem na legalidade, nem na questão de fundo, nem sequer teve o cuidado de pretender vir ouvir aqueles pareceres que aqui, o verdadeiro parecer que deveria ter - o nosso."

Vogal Raul Martins:

"É de facto para exprimir a minha crescente indignação sobre este processo e, eu não vou repetir aquilo que os meus colegas de bancada já disseram, o que eu concordo na íntegra, vou apenas acrescentar alguma coisa:

O Sr. Eng^o, teceu o seguinte raciocínio no referente a pareceres: primeiro, que o problema foi por ele mal posto à CCRC e portanto a resposta foi negativa; e, eu faço a seguinte pergunta: então porque é que não expôs outra vez o problema? desta vez bem, para que o parecer da CCRC fosse positivo? porque é que se foi gastar dinheiro (espero que a Câmara não o tenha gasto) em pedir pareceres a juristas privados? está claro, aqui as pessoas normalmente dizem: muito simples, e certamente que o Sr. Eng^o nos irá dizer isso: "porque era urgente que se fizesse isto" e nós já sabemos que estas coisas dos pareceres do Estado são demorados. É óbvio que sou eu a pessoa menos indicada para estar aqui a defender o Ministério do Planeamento e de Administração do Território, mas queria dizer a esta Câmara que isso é uma falácia, é mentira, não é esse o motivo! não sei que motivo é que levou, certamente o motivo que levou foi ter a certeza à partida que, ao pedir o parecer ele viria negativo, porque, pasmem! o ofício da Câmara a pedir o parecer é do

dia 19.05, o parecer é dado no dia 26 do mesmo mês; isto é, foi dado com sete dias, entre a saída da carta da Câmara, o parecer saiu da CCRC sete dias depois de ter sido enviado o ofício da Câmara Municipal de Aveiro a pedir o solicitado parecer. Portanto não me acredito que nenhum jurista privado tenha conseguido dar uma resposta em tempo inferior àquele que os serviços do Ministério do Planeamento e de Administração do Território deram. Não foi portanto, como aqui foi deixado transparecer, a tentativa de tornar o processo mais rápido, que fez com que fossem pedidos os pareceres a privados; qual foi o motivo? é preciso que esta Assembleia saiba qual foi o motivo; mais, se o processo não obtiver o visto do Tribunal de Contas, quem é que vai pagar todos os custos inerentes a este processo? é preciso que a Câmara também fique a saber."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, caros Deputados, devo dizer já, liminarmente que estou com o Eng^o Vitor Silva, por isto: o problema que se põe ao Eng^o Vitor Silva, não é o problema que se põe a um jurista, o problema que se lhe põe é o problema político no sentido de governar a cidade e, no aspecto concreto os lixos. Portanto como base fáctica deste problema, o Eng^o Vitor Silva, anunciou e, não o fez só hoje, já o fez por várias vezes que, equipamento a Câmara não o tinha suficiente e ponderou os custos de mais equipamento e, ponderou também e é essa uma faceta importante, que no recrutamento que tem feito do pessoal para este aspecto concreto da actividade dos funcionários da Câmara, tem sistematicamente admitido e, dias após, as pessoas despedem-se porque não é um serviço grato, compreende-se que assim seja; portanto, o problema que se pôs, era a forma de o resolver e, a Câmara órgão colectivo e também, naturalmente nela entrando o Vereador Vitor Silva como Vereador do Pelouro, ponderou comparativamente e, nisto, a história, o exemplo, também é importante, não quer dizer que as Câmaras sejam seguidistas umas das outras, mas beneficiam naturalmente do estudo que as outras fazem, e, de motu próprio fazem o seu próprio estudo e comparam-o com o das outras, verificou que este serviço já podia ser feito por privados, admito que a Câmara ao tomar esta opção, ponderou que seria mais útil ser feito pelos privados do que pelos serviços da Câmara, por aquilo que eu há pouco disse e, só assim acho bem que a Câmara entregue a privados, porque a não ser essa faceta dominante,

então seria bem que ela fosse executada por pessoal da Câmara, então ele, vendo o exemplo de fora e achando que seria prático resolver assim o problema, consultou juristas, recolheu pareceres, alicerçou-se, agora qual o melhor parecer? é uma opção, admito que o parecer das instâncias oficiais fosse contrário, ele até já explicou que o problema terá sido mal colocado, colocava-o bem é certo, mas admitiu o parecer de outros, quer dizer são situações: o problema está a ser resolvido - fundamental em vez da questão redundar em discussões jurídicas, fundamental para um governante da cidade é recolher os lixos; tem apoio de juristas, quer dizer a sua tese tem algum abrigo, optou por aquela e, vem claramente explicar que agora o processo segue a sua tramitação normal, via Tribunal de Contas e, depois se saberá o resultado; como base de explicação, sem dizer que é a melhor ou que é a pior, eu, estou seguro em dizer e neste aspecto sim, que optou pela melhor naquilo que lhe é exigido principalmente, que é a recolha e o transporte dos lixos, portanto nessa vertente optou pela melhor, optou por aquela que seria a mais conveniente para os munícipes."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Engº Vitor, ninguém é defensor das tarifas, isso não constitui portanto argumento. Também ninguém disse que era defensor da concessão em sentido exclusivo; o que se tem defendido é que: como se trata de uma concessão, ou directa ou encapotada, logo tinha que vir à Assembleia e, mesmo que não tivesse politicamente os Srs. deviam de trazer cá; os Srs. vão discutir com toda a gente esses problemas, com juristas etc.,mas não discutem exactamente com esta Assembleia, portanto a questão de fundo é essa. Não há defensores de tarifas, não há defensores acérrimos de concessão, esta não é a questão de fundo, portanto não desvirtuemos a questão.

O Sr. Engº Vitor, diz que não tem equipamento, não tem pessoal, etc., só que aí, dizemos nós: - isso é o estado a que isto chegou! quem é que gere o Município, incluindo a questão dos lixos há dezoito anos? isto é o estado a que isto chegou! a Câmara nunca investiu nos recursos humanos nesta matéria, nunca investiu seriamente e é também na área dos equipamentos que o Sr. disse que não tem, que a Câmara devia ter investido atempadamente e, o Sr. recorda-se que as Câmaras anteriores, nomeadamente a de 79, 81,82, investiu em muitos camiões

que agora estão arrumados e que em tempos constituíram uma novidade nesta cidade. Portanto, isto é o estado a que isto chegou!

Finalmente, quero deixar também muito claro, e, aqui vou fazer uma inversão de marcha, é que, eu recuso-me a fazer do Engº Vitor, o sacrificado, o Cristo, que agora vai pagar aqui as favas todas por esta coisa, eu recuso-me a isto, a Câmara tem um Presidente, tem outros Vereadores, tem uma maioria, e, meus amigos eu recuso-me a fazer do Engº Vitor o mártir, ele é apenas um co-responsável, talvez o mais responsável porque tem o pelouro há ano e meio e, faço aqui um parenteses para dizer que o Presidente da Câmara actual, eu leio numa acta recente, onde ele diz: "vamos para a frente com este processo, eu não tenho dúvidas". Nós estamos aqui nesta Assembleia com muitas dúvidas, ele não tinha dúvidas. Portanto fazer do Engº Vitor, o Cristo nesta matéria, eu também me recuso, só lhe dou a quota de responsabilidade que lhe compete."

Presidente da Mesa:

"Terminadas as réplicas que de acordo com o Regimento podem ser apresentadas, também a Câmara já teve a sua oportunidade para debater e explicar, como tal considero encerrado este período de antes da ordem de trabalhos, passando-se de imediato à ordem de trabalhos."

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Nota: A Comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara, fez a apresentação do documento em epígrafe e colocou-se à disposição dos membros da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Aberto o debate, usou da palavra o:

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Relativamente a este período, sem prejuízo do até agora discutido, tinha uma questão apenas a formular ao Sr. Presidente da Câmara, que me surge por me recordar neste momento, das recentes críticas que o Presidente da Comissão Política Concelhia do PP teceu à Câmara Municipal de Aveiro, designadamente acusando-a, salvo erro, de não ter qualquer política de Educação para o concelho. Ele lá saberá melhor do que eu, embora eu por acaso nesse ponto concorde com ele, mas isto está relacionado com o que julgo saber, com o terreno destinado à implantação da Escola Superior de Ciências Paramédicas. Gostava que o Sr. Presidente me dissesse em que terreno está a pensar colocar essa instalação, e se pelos vistos vai também colaborar ao que julgo saber, nas novas instalações do IPAM e também nas novas instalações do ISCIA."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, como estamos numa hora já bastante adiantada serei bastante sintético. Queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a sua Comunicação, para além de tardia e portanto de certo modo já desactualizada, segue as linhas do seu antecessor, limita-se a perguntar às várias secções o que é que fizeram, reservando o Sr. Presidente a página zero para si próprio e então aí ele comunica com esta Assembleia; mas comunica para dizer, não as coisas que preocupam os membros desta Assembleia, mas efectivamente aquelas coisas bonitas que o Sr. Presidente entende que fez, mas que porventura nem sequer nos preocupam.

Já foi dito, e, vou dar o mote, que nos preocupa a questão dos resíduos sólidos, vou-lhe dar o mote para prolongar a discussão, se assim o entender, eu por mim estou esclarecido, é evidente que está aqui uma frase na página catorze "está em estudo esta hipótese assim, assim", mas não diz mais nada, nunca diz a esta Assembleia que é um problema jurídico, não expõe, não coloca a problemática.

Outro exemplo: a questão das contas da autarquia. Aquelas questões que se suscitaram aqui, dos buracos, etc, mandavam as boas regras que esta Comunicação, que é a que se segue àquela célebre Assembleia que de facto ia pondo os órgãos autárquicos abaixo, mandavam as boas regras, que o Sr. Presidente agora dissesse aqui duas palavrinhas apenas para cada um de nós sobre isso, quer ao nível da Câmara, quer ao nível dos Serviços Municipalizados.

Por exemplo aquele célebre terreno no lugar do Paço, que foi discutido nesta Assembleia;

Outro exemplo, os muros da Ria que estão a desmoronar-se; querem o Turismo para Aveiro e põe a Ria de Aveiro como mote para esse Turismo; mas que Turismo com aquele perigo daquelas paredes a desmoronarem-se? já sei que é o poder central que está em causa, mas não é, é o poder local! até porque quem destruiu o que estava, melhor ou pior, foi efectivamente uma iniciativa da Câmara de Aveiro, no ano em que havia eleições autárquicas, ainda que fosse o governo central, o que importa para mim, para todos nós é o estado em que as coisas se encontram, está mal! não há uma palavra sobre a evolução do município nesta e noutras matérias.

Sr. Presidente da Câmara, quando voltar a fazer uma Comunicação a esta Assembleia, o que nós queremos que nos comunique trimestralmente, será as grandes preocupações: é a Capitania, o prédio está a cair, não sei se terá já alguma recuperação possível, é o edifício que era do BIA, a Câmara tinha muito interesse, afinal já vai para a GNR, é o edifício do Banco de Portugal e muitos outros, podíamos continuar, é aquele mamarracho da Empresa de Pescas de Aveiro, quem vai para a Barra, com vidros partidos, qualquer dia é um ghetto de prostituição, de droga, num ponto vital da nossa cidade, enfim, estamos no mês de Julho, estamos a encerrar um semestre, há ano e meio de gestão, Sr. Presidente, não nos venha contar histórias, trate os problemas importantes."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

" Corroborando as afirmações do Sr. Custódio Ramos, sobre esta Comunicação, eu lia apenas até porque só tem três linhas, o que se diz sobre a construção da nova Ponte de Pau e acessos: "A obra decorre de acordo com o plano de trabalhos, tendo-se efectuado as fundações dos pilares centrais e a montagem de parte do tabuleiro", francamente, isto, é

profundamente revelador e espero que tenham compreendido a minha indignação, a sensação que tenho é que a gente não está aqui a fazer nada quando estamos a falar para a Câmara, porque, quando nos vêm com estas coisas, não respondem a nenhuma das questões de fundo que nós entretanto pusemos aqui. E, em que é que nós podemos ser úteis perante uma Comunicação desta natureza? em nada! isto não é nada, e, até parece que nós não estamos aqui a fazer nada, mas, para lhe dar a oportunidade democrática e, mais uma vez também corroborando o que disse aqui o meu camarada de bancada Custódio Ramos, de responder à questão dos resíduos sólidos urbanos, a Comunicação fala em município, não fala em cidade. Há quanto tempo nós andamos aqui a trazer esta questão, quantas horas já aqui foram perdidas, sem que ainda nada nos tenha sido esclarecido: é o município inteiro? não é, é só o concelho? são as freguesias rurais? foi acautelado que não acontecessem circunstâncias parecidas como aquela que aconteceu com o desastroso ou inexistente contrato relativo à dragagem? acautelaram-se em relação a essa empresa, casos como por exemplo este, que foi muito bem referido já, da questão do Tribunal de Contas? é o âmbito do contrato, é o que se pretende tratar com ele, que até agora ainda ninguém deu o mais pequeno esclarecimento, e, portanto a Câmara tal como eu dizia há pouco, vai ter agora na pessoa do seu Presidente e portanto o primeiro responsável, oportunidade de nos explicar porque razão anda desde Agosto a discutir pareceres, a colecionar pareceres, quando já podia ter-nos trazido este assunto aqui; já saberia eu por exemplo, se contempla S. Jacinto, S. Bernardo, Aradas, Oliveirinha, o que é que se passa?"

Vogal Raul Martins:

"Muito sinteticamente, apenas para dizer que mais uma vez a Comunicação não inclui qualquer elemento relativo à gestão financeira da Câmara e, como não inclui, eu quero aqui perguntar sobre a situação de tesouraria da Câmara e sobre a situação financeira que se vem a viver desde 1 de Janeiro do corrente ano.

Em segundo lugar, gostaria de saber qual é a situação das auditorias que pediram ao chamado "buraco da Câmara" e, em que situação está a apresentação das Contas dos Serviços Municipalizados, nomeadamente, quando é que vão ser apresentadas a esta Assembleia as contas do ano passado dos Serviços Municipalizados.

Consta também, e se isto fôr verdade é pena que não seja a Câmara a dizer-nos em primeira mão, principalmente quando tem ao seu dispôr um Relatório, um documento para o fazer, consta que o chamado "buraco" está também a ser inspeccionado pela IGF, estaria a fazer uma inspecção e que ao saber destas coisas, estava para se retirar, mas que regressou. É verdade que está? já elaboraram algum Relatório? se o elaboraram quando é que o vamos conhecer? e já que a Dra. Virgínia Veiga, trouxe o assunto à colação, a tão badalada agora Ponte de Pau, que tão devagar anda, será que os custos da Ponte de Pau vão ou não exceder aquilo que estava previsto? qual é a posição neste momento?"

Vogal Dias da Silva:

"Eu começaria por manifestar aqui a minha desilusão e desencanto, pela vida política que o concelho atravessa e, sobretudo no que diz respeito às freguesias e muito particularmente à Freguesia de Cacia. Esta desilusão e este desencanto vem-se agravando tanto mais que, no documento que nos é transmitido a freguesia de Cacia vem referenciada apenas com três linhas, subordinadas ao tema: "Mercados e Feiras" e ao substancial acabamento da parte exterior do Mercado.

É evidente que isto acaba por ser um reflexo do que vem acontecendo ao longo dos últimos anos e penso que mais uma vez se vai verificar. Questiono-me, porquê fazer Planos de Actividades e Orçamentos que não se cumprem, as obras estão prometidas e não se fazem e Cacia está afastada da cidade, está esquecida, está abandonada; para além dos problemas dos lixos domésticos, há muitos outros problemas: na questão da educação, o estado geral das Escolas do Ensino Básico, estão deploráveis, não há recuperação, não há manutenção, não se faz nada; em termos de cultura, basta falarmos nos problemas que se colocaram para a edição do livro "Cacia e o Baixo Vouga"; em termos de desporto, boas ideias, bons programas, simplesmente as coisas não funcionam. Cita-se aqui neste documento a atribuição de verbas e protocolos assinados com algumas colectividades, não se dizem quais, para Cacia e para as Freguesias rurais zero. Em termos de saneamento, na Quintã do Loureiro já devia ter sido iniciado, estamos em 95 e ainda nada está feito. Isto são alguns exemplos do muito que há em Cacia para fazer, mas que de facto não se vê desenvolvimento, não se vêm obras, há descontentamento e, o Presidente da Junta é o mau da fita, ao ponto de eu

próprio me questionar também desta maneira: onde é que pára a credibilidade de um Presidente de Junta, perante os seus eleitores e perante a população em geral, quando essas obras que são públicas, que são conhecidas, são orçamentadas, são projectadas, não se desenvolvem e, paira a luz ao fundo do túnel, muito longe, muito ténue, e não se vislumbra. São estas queixas que são um reflexo não só do Presidente da Junta, mas também da população de Cacia, provavelmente outras medidas terão que ser encetadas, queria deixar aqui mas com muita mágoa, o desencanto e a desilusão que sinto, pelo desacompanhamento total que tem vindo a ser ministrado à Freguesia de Cacia."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, eu fui ao longo destes anos todos, como sabem, às vezes cáustico porque entendia que muitas vezes era discriminado, e era efectivamente pelo Executivo Municipal; mas eu desejava que este Executivo Municipal, levasse a bom porto o seu mandato, digo-o sinceramente; fazendo inflexões, corrigindo processos tenebrosos que havia nesta casa e, lamento que o Sr. ex-Presidente não volte, ameaçou-nos que voltava, eu gostaria bastante que ele tivesse voltado e, já agora digo-o, se ele tivesse voltado eu também seria Vereador nem que fosse só por dois meses, gostaria muito de ser Vereador, mas com o Sr. ex-Presidente da Câmara, na Câmara.

A recolha do lixo, falou-se aqui tanto do lixo e, eu devo-vos dizer que efectivamente está um caos; o Técnico que superintende neste sector, não quereria estar aqui a atingir pessoas, mas, ou porque não tem autoridade, ou porque não tem meios, ou porque não está talhado para aquelas funções, todas as propostas que nós apresentamos, mesmo as mais simples, passam-se anos sem se resolver.

É necessário estar atento às brigadas de pequenas reparações da Câmara, elas têm que ser muito mais funcionais, muito mais eficientes, não me parece que o estejam a ser; ao que parece tem ido bastante pessoal embora, a Câmara tem que olhar bem para isso, pois são brigadas extremamente importantes para as Freguesias rurais.

Já agora, permitam-me, foi aqui aflorada a questão dos terrenos, eu acho perfeitamente injusto que a Câmara de Aveiro se atreva a atribuir a empresas, mesmo que da área do ensino seja, mas que têm objectivos lucrativos, que a Câmara de Aveiro doe a essas empresas

terrenos para prosseguirem actividades privadas com objectivos lucrativos, eu acho inadmissível que isso aconteça, quando nós temos tantos problemas para resolver do interesse da comunidade, do interesse dos mais pobres, nomeadamente a questão da habitação social nas freguesias rurais - Srs. membros da Câmara, quando é que começa o programa da habitação social? desejaria que a Câmara olhasse atentamente e rapidamente para esta questão; fiz uma proposta de aquisição de um terreno para habitação social e a Câmara mandou colher parecer junto do gabinete técnico, que desaconselhou a aquisição, fundamentando essa informação no facto de haver uma vala hidráulica; fico surpreendido de ver blocos de edifícios a serem feitos em cima de valas hidráulicas de grande dimensão e a Câmara não põe qualquer objecção.

Relativamente às obras na cidade, há bocado falaram aqui no edifício da Empresa de Pesca, mas não devemos só falar desse edifício, então e aquele edifício em ruínas em frente à "Casa Martelo"? não se olha para aquilo, que é uma vergonha que ali está; e então os mamarrachos existentes nas costas do edifício da empresa de Pesca, aqueles mamarrachos novos que lá estão que inadmissivelmente foram autorizados a construir, nunca deveriam ter sido autorizados a construir-se ali, mas isso vem na senda de uma outra protecção em que os cidadãos são tratados como cidadãos de primeira e de segunda, que é a permanência inadmissível também de uma empresa, só porque se trata das pessoas que se tratam, ficou naquele local, quando todas as outras foram obrigadas a mudar e, pior ainda, foi autorizada a construir mais pavilhões, inadmissível meus Srs.! num estado de direito, em que todos devemos ser iguais perante a lei.

Tenho esperança em que as coisas melhorem, faço votos para que esta Câmara tenha um belíssimo resto de mandato e nós estaremos todos concerteza animados das melhores das intenções para que assim seja."

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente da Câmara, tenho que falar-lhe muito directamente em relação a este novo ciclo que vai iniciar-se, começando pelo Relatório que hoje nos apresenta e que devia ser apreciado na última sessão. Apresento-lhe os meus votos de muitas felicidades para o futuro,

agora que oficialmente tem o seu cordão umbilical político cortado com o seu antecessor, que geriu os destinos da nossa terra durante tantos anos, espero que de facto esse corte seja real e efectivo.

Por aquilo que já se ouviu aqui hoje, há ainda aqui muitos laços talvez fortes demais, quase instintivos com o passado.

A Comunicação que nos apresenta, é um exemplo do que antigamente nesta Câmara se entendia por política e por dignidade da Assembleia Municipal e por aquilo que deveria ser dito e não dito a este órgão que está destinado a debates e a polémicas estéreis, redondas, que nunca saem do mesmo sítio e, portanto havia a defesa natural de não pôr aqui muitas coisas polémicas, dizer o mínimo, para que os problemas que realmente pudessem ser debatidos e que pudessem receber alguma contribuição desta "gente que só fala", este comunicado é a continuação desse espírito - a Câmara é que faz, é que tem a responsabilidade, é que sabe o que faz e, "aquela gente ali da Assembleia, é preciso não lhes dar muita corda para que não perturbem o nosso trabalho". Isto, corresponde na essência ao conceito que o Partido a que V. Ex^a pertence tem dado da classe política - os políticos são realmente umas pessoas estéreis, inúteis, que perdem o seu tempo a discutir coisas que até nem interessam, e que usam este duplo trilho: dizem mal da política, dizem mal dos políticos e estão a fazer política e fazem a política defendendo-se desta tenebrosa classe política. Isto Sr. Presidente, é a raiz, é o enquadramento de quem o antecedeu, eventualmente das pessoas que actualmente o apoiam - é denegrir a classe política e fazer a sua própria política, defendendo-se dessa epidemia que é o contacto com os políticos.

Desta Comunicação já ficou patente que aquilo que nos preocupa na nossa qualidade de representantes dos eleitores aveirenses, dos ignorantes, dos desprotegidos, dos espertos, dos sagazes, dos aptos, etc, todos esses problemas que nós aqui trazemos, que temos obrigação de trazer, não está aqui nenhum deles justificado; durante semanas falou-se no problema gravíssimo do debate sobre as contas da Câmara, o que é que ficou disso? neste documento não há nada e, do que aconteceu depois desse debate, apenas ficou a palavra "aquela gente faz terrorismo político", foi o resumo do debate importantíssimo de nós querermos saber como é que estão as contas da Câmara; o que ficou foi: "aquela malta está a fazer terrorismo", isto foi dito pessoalmente pelo ex-Presidente da

Câmara e foi apoiado institucionalmente num Partido que defende a transparência e defende a honestidade política, que é uma palavra perigosíssima quando é encarada por um Partido político.

Sr. Presidente, todas as questões que foram aqui lavantadas merecem ser aqui debatidas, polemizadas, atacadas, contra-atacadas, defendidas e assim sucessivamente nem que não se chegue a conclusão nenhuma, nós precisamos de dizer tudo aquilo que pensamos, todos os deputados municipais têm o direito, têm a obrigação de dizer todas as asneiras que tiverem na cabeça, desde que os seus adversários estejam na sua frente e contradigam essas asneiras. Por favor Sr. Presidente, não nos dê mais Comunicações anódinas, não nos dê mais material inerte...

Em relação a todos os problemas concretos que a oposição citou, queria lembrar porque foi agora há pouco tempo a florado, que é a questão do tratamento muito especial que está a ser dado e não vem deste Executivo, vem dos anteriores, o tratamento muito especial, um tratamento de privilégio que está a ser dado às empresas, porque não são outra coisa, às empresas que se dedicam ao ensino particular, ou mesmo ao ensino cooperativo. Essas empresas, os economistas sabem, as pessoas sabem, os pais dos alunos sabem, são empresas altamente lucrativas e gabam-se disso, essas empresas não precisam do apoio, nem do Estado, as Universidades particulares não têm qualquer apoio do Estado, e não precisam de nenhum apoio das autarquias, não há justificação nenhuma para se fazer doações ou subsídios especiais a empresas que são só por si viáveis e ainda bem que o são porque estamos fartos de empresas que precisem de subsídios. Foi citado aqui a doação a algumas dessas empresas, não quero lembrar o que já se fez em relação a algumas empresas no passado, nomeadamente a empresa do Ensino Cooperativo, porque isso é escandaloso e talvez os aveirenses tivessem necessidade para desfazer alguns mitos que proliferaram e floresceram nesta terra, precisassem de saber o que é que foi feito em relação a algumas empresas de Ensino Cooperativo.

Portanto este é um dos laços tenebrosos que o Sr. Presidente tem obrigação moral e política de cortar com o passado."

Vogal Vitor Mangerão:

"Com a resignação do Dr. Girão Pereira, à Câmara Municipal de Aveiro, estamos no limiar de um novo ciclo e, sem querer fazer filosofia

barata e sem querer dar uma solenidade especial a isto, quero expressar para mim pessoalmente e de qualquer modo não falo só por mim, será tudo diferente a partir de agora. Isto não tem nem carácter de aviso, nem de premunição, nem de ameaça, é uma questão de frontalidade política e pessoal. Eu, neste momento tenho todas as razões para querer que o pessimismo infelizmente é aquilo com que eu me defronto olhando para o presente Executivo. Como diziam antigamente, quando foi da reforma Veiga Simão, em relação às Universidades, havia quem dissesse que as Universidades não tinham capacidade de auto-reforma; eu, temo sinceramente por aquilo que tem sido a gestão de há um ano para cá, desde que o Dr. Girão se afastou pessoalmente, temo sinceramente que esta Câmara não tenha capacidade de auto-reforma; ou seja, pela sua composição, pelos seus antecedentes, pelo tipo de relacionamento que estabeleceu dentro de si, pelos vícios que herdou e que não é capaz de ultrapassar, que marcam certas pessoas, nuns casos de uma maneira, noutros casos de outra maneira. Por todo esse conjunto de factores, eu temo muito que esta Câmara vá continuando a gerir aquilo que vem de trás, mais do que a criar realmente uma personalidade própria e uma governação própria, ou seja, a marcar a sua passagem pela história de Aveiro de uma forma indetectada e clara. Isto não tem nada de pessoal, há predestinações contra as quais podemos pouco, mas sinceramente, é com pessimismo que eu encaro este novo ciclo, pequeno novo ciclo, que é um ciclo decrescente num aspecto, que é o da contagem do tempo, mas que pode ser um ciclo crescente, em crescimento de críspação e de tensões entre todos nós; tudo aponta nesse sentido, sejam factores externos de ordem política, como as eleições legislativas, logo a seguir as Presidenciais, seja propriamente a degradação daquela convivência, daquela solidariedade relativa que estabelecemos aqui entre nós, e que agora começa a ter que ser ultrapassada sob pena de nos amarmos excessivamente, ou seja, é preciso para não haver recriminações fáceis, nem pessoalizações que nos podem afectar escusadamente, é preciso que consideremos que neste momento, das duas uma, ou o Executivo assume a responsabilidade que lhe cabe, adopta as suas próprias regras, começa a evidenciar a curto prazo novas formas de relacionamento, de gestão, de capacidade, de autonomia de pensamento, de criatividade, de grandeza de espírito inclusivé, ou então tudo isto são balelas.

F. M. J.
B. M. J.
#B. M. J.

Eu, se fosse candidato a Presidente da Câmara, na próxima vez, se as coisas continuassem assim, a Câmara levava uma rasia em muitos aspectos, porque se fôssemos ao rasgadinho trazer para aqui ponto por ponto aquilo que se considera escandalosamente indícios das coisas mais incríveis que se passam em todos os sectores da Câmara, conseguia-se uma colecção brutal e a Câmara não consegue responder, nem as põe no Relatório, mas se forem afloradas também não as consegue resolver. O problema do relacionamento com as freguesias, é um problema velho e não é assumido senão em palavras, permanece exactamente na mesma e, se há uns Presidente de Junta, que são pessoas mais cordatas ou mais caladas ou já estão tão fartos e tão cansados que já nem falam, há outros que ainda estrebucham, qualquer dia não há ninguém... é uma vergonha, eu considero uma vergonha; uma Câmara não são só números, uma Câmara também é o lado humano das coisas e, no lado humano, o Sr. Professor Celso, como novo Presidente foi muito gabado por ter uma cordialidade diferente etc, é preciso que isso se traduza em obras, e as obras não são só obras de cimento, é obras em termos de relacionamento efectivo, de reconhecimento dos direitos, da persecução dos objectivos comuns, do reconhecimento do valor das outras entidades que fazem parte do município - as Juntas são Autarquias!

Há um aspecto por exemplo que marca esta cidade e continua a marcar, foi aqui posta a questão da Ponte de Pau, aquilo realmente é qualquer coisa de grotesco; alguma coisa foi alterada sem nós sabermos o quê, em relação ao projecto inicial e que forçosamente não podia prever que aquela bruta estrutura passasse por cima de terreno privado, comprado por privados, aprovado pela Câmara para ser implantado naquele sítio, e passa não sei quantos metros, e passa de tal maneira que os Eng^{os} tiveram que encontrar solução técnica; e há o problema dos acessos; eu só pergunto como é que foi possível? é uma vergonha! técnica, estética e politicamente, é uma vergonha de todas as maneiras.

O que se passa na Rua Von Haffe, aquele edifício que lá está é uma monstruosidade;

Consta-me que a Câmara anda a deliberar lá eternamente sobre a hipótese de dar uma indemnização de umas dezenas de milhares de contos, por causa de qualquer coisa que licenciou no lugar do Paço, a

Câmara meteu o pé na poça, vai desembolsar não sei quantos milhares de contos;

Eu pergunto o que é que a Câmara tem a explicar sobre a história do processo daquele edifício que está na Rua Von Haffe, que explicação é que a Câmara pode dar? das duas uma, ou é um caso isolado, e não é, e se não é, significa toda uma forma da Câmara gerir o urbanismo nesta cidade, e implica muita gente neste problema, ao mais alto nível, do Presidente da Câmara até ao Vereador do Pelouro e até aos outros Vereadores que estão na Câmara também e que não vêm isto e que não reclamam e que não está nas actas a dizer que reclamaram, como é que é possível...?

Pergunto: a Câmara, o Executivo está disposto a assumir a responsabilidade de um debate global integrado, responsável, sobre todas estas questões do município?

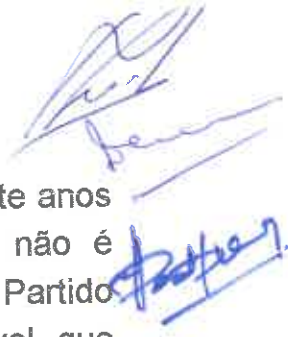
O aviso está feito, em termos calmos, aqui neste órgão; isto é um problema que tem que ser muito bem reflectido, enquanto ainda temos laços comuns que nos unem todos, que é de tentar soluções, as melhores, para a comunidade local em que estamos inseridos, a partir de certo momento cada um puxa às suas próprias opções e então vale tudo, dentro das regras Regimentais, mas vale tudo mesmo... e, nem imaginam o que é que pode significar valer tudo."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de ouvir o que ouvi, fico a pensar, a cada um o seu lugar e, antevejo o confronto sinceramente, o confronto entre a Assembleia, em que nós PP, somos oposição e o confronto entre o Executivo, em que nós somos felizmente para nós e no meu entender, com todo o respeito pela opinião contrária, somos poder em benefício dos munícipes de Aveiro.

Escusa o poder desta Assembleia estar preocupado, porque, ante as posições como agora aqui são assumidas, eu fico crente, que o PP vai redobrar de atenção irá redobrar de energia, irá fazer mais e melhor por Aveiro.

Temos uma história, durante vinte anos gerimos o Executivo e, eu, sem menosprezo por esta Assembleia, prezando sempre esta Assembleia, tenho para mim que o Executivo naquilo que interessa aos munícipes prepondera, e reconduzo-me ao inicial, cada um que faça o que



Ihe compete. Este Executivo, da nossa linha partidária, durante vinte anos transformou Aveiro, transfigurou Aveiro para bem, e, por isso não é gratuitamente que ao longo dos sucessivos mandatos o nosso Partido tenha merecido o apoio dos Aveirenses. Esta, é a verdade iniludível, que os Srs. do poder desta Assembleia, parecem não querer aceitar, mas, a avaliação do mérito ou demérito de uma obra, para mim e penso que para os meus compartidários, é feita por esta única e legítima via porque deve ser feita. Espero que, contra cepticismos, não mora aqui o cepticismo na oposição desta Assembleia e no poder daquele Executivo, creio que não moram cepticismos - velhos do Restelo afastamo-los...! creio que a composição que este Executivo tem, as potencialidades que tem de se rejuvenescer, através não só dos filiados partidários, como das pessoas que nos apoiam, teremos no nosso meio vasto, que é este que eu defini, as virtualidades para levar bem longe a governação deste município. Devo dizer que não nos atormentam contra uma quase expressa ameaça de que agora a luta vai começar, devo dizer, Srs. do poder desta Assembleia, que nada disso nos atormenta, porque, os Srs., terão sempre o ónus da responsabilidade e, nós teremos o cuidado permanente de o denunciar perante os munícipes, quando os Srs. aqui, alguma vez, só com propósitos político/partidários e eleitoralistas, se alguma vez o fizerem, nós denunciaremos: - este diploma aqui, foi chumbado, porque os Srs do poder da Assembleia, que mandam cá mais porque estão em maioria, querem obter o sufrágio.

Também lhes dizemos, que quando os Srs. aqui chumbarem com verdade material, isto é, quando o mérito em nome dos interesses do município, os Srs. aqui alguma vez reprovarem diploma que seja nefasto aos interesses dos munícipes, nós os aplaudiremos. Portanto, escusam os Srs. de estar preocupados com esta quebra do cordão umbilical, que afinal é de uma pessoa, mas não é de um quadro; não tenham receio...!, cada um que faça o que lhe compete que nós cá estaremos para isso."

Presidente da Câmara:

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por informar que, relativamente ao terreno destinado à implantação da Escola Superior de Ciências Paramédicas, o mesmo se situa junto ao Instituto da Juventude e que o referido terreno está já aceite pela Secretaria de

Estado da Saúde, devendo naturalmente a Câmara ser compensada pela cedência desse terreno.

Sobre a questão dos terrenos destinados ao IPAM e ao ISCIA, informou que, essencialmente da parte do ISCIA, vem de há longos anos a procura de um espaço para construir novas instalações, tendo sido também apontado na mesma zona, Santiago, um local com uma área de dois mil metros quadrados.

Acrescentou que o IPAM, mais tarde, procurou também junto da Câmara, encontrar um espaço para o mesmo fim, ou seja, que lhe possibilitasse construir as suas instalações; quer um quer outro, não solicitaram o terreno gratuito. Quanto ao ISCIA, que foi o primeiro a solicitar a referida área de terreno, naturalmente que lhe foi estabelecido um preço mais baixo, quase simbólico, na medida em que se tratava de uma Cooperativa, a Fedrav, e que portanto não teria intenções lucrativas.

O IPAM, como entidade privada pede apenas que lhe destinem o terreno necessário e naturalmente que o pagará; neste momento não há compromisso nem com um nem com outro, a Câmara estará atenta e preparada também para colaborar no que fôr necessário, mas naturalmente que os terrenos têm o seu preço e terão que ser negociados.

Relativamente às Contas da Autarquia, informou que está há cerca de um mês na Câmara, um Inspector da Inspeção Geral de Finanças, e que logo que a Câmara tenha esse Relatório na sua posse, o mesmo será dado a conhecer à Assembleia Municipal.

No que se refere ao terreno do Paço, informou que decorrem negociações, foi feita uma recomendação à Câmara Municipal por esta Assembleia, e que o assunto está a ser estudado.

Quanto à questão dos alinhamentos nas freguesias rurais, disse que irá ser feito um alerta aos Serviços Técnicos para que não se esqueçam de prestar atenção a esse problema e para que colaborem com as Juntas de Freguesia.

Relativamente ao BIA, disse que o primeiro contacto que fez com o Sr. Ministro, na altura, Dr. Fernando Nogueira, ficou o compromisso de corresponder ao desejo demonstrado por esta Câmara em utilizar aquelas instalações, cedidas, alugadas, mas preferencialmente adquiridas. As razões e as vantagens que a Câmara Municipal tinha, são fáceis de

advinhar e que eram as de encontrar uma instalação onde pudesse concentrar todos os seus Serviços. Assim, desenvolveram-se vários contactos com o Sr. Director Geral das Infraestruturas. Entretanto surge também interesse por parte dos Serviços Prisionais nessas instalações, tendo naturalmente outros interessados contactado o Ministério, com a preocupação de adquirir aquelas instalações. Informou também que há um mês, esteve com o actual Ministro, o qual assumiu o compromisso de nada acontecer em termos de utilização daquelas instalações, muito embora não tenha tomado o compromisso de que elas seriam para a Câmara, tomou o compromisso de que seriam preferencialmente concursadas pela Câmara Municipal, o Ministro informou também de que haveria já de há muitos anos, um despacho de alguém que tinha competência para o fazer, de que a Guarda Republicana seria também uma das instituições a quem seria dada preferência para a utilização daquelas instalações. Disse ter falado com o Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Dias Loureiro, que registou também a pretensão da Câmara Municipal, tendo avançado que não faria qualquer despacho nesta altura, relativamente à futura utilização daquelas instalações. Entretanto e face à notícia publicada num jornal, notícia essa que dizia que a GNR tem um despacho do Ministro para lá se instalar, fez em consequência disso um fax ao Ministro para que esclareça a situação, sendo em suma isto o que se passa em relação ao BIA.

Relativamente à recuperação de Escolas, informou que todos os anos se faz a recuperação das Escolas, admitindo no entanto que possa haver alguma situação pontual de que a Câmara não tenha conhecimento e nesse caso a Câmara terá que averiguar o problema com vista a que se proceda à necessária recuperação.

No que se refere à habitação social nas freguesias rurais, informou que a Câmara tem encargos elevadíssimos nesta área, há no entanto um atraso em relação a Eixo e Mataduchos. A Câmara tem várias propostas no INH, para financiamento, adiantando no entanto que no caso de Oliveirinha, Quintans, já tem um financiamento autorizado, bem como Eirol. As outras estão a aguardar, ou seja, S. Jacinto e outras localidades onde a Câmara tem terrenos disponíveis para esse efeito.

No que se refere à Ponte de Pau, vão chegando informações técnicas de que há alguma dificuldade, sendo no entanto ultrapassáveis essas dificuldades.

Naquilo que aqui foi referido relativamente à utilização de terreno de outrém, informou que aquela primeira torre, ou seja o A1 e a A2, que as mesmas foram permitidas com o ónus da Ponte passar por cima daquele terraço, tendo o dono da obra sido indemnizado em quinze mil contos para que essa situação ficasse definida; a própria loja que se encontra em baixo, está definido na construção e na licença que foi passada pela Câmara Municipal, de que iria ficar debaixo da ponte.

No que se refere aos resíduos sólidos, informou que o que de facto está na Mesa é a abrangência do concelho.

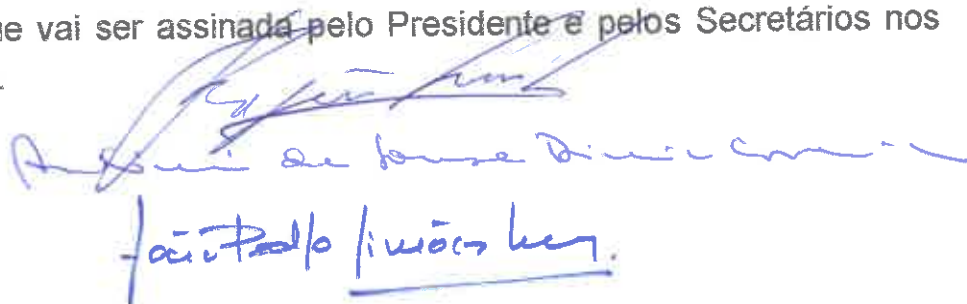
Quanto ao processo encetado pela Câmara no âmbito desta matéria, disse julgar não haver qualquer ilegalidade, mas que há legalidade e que foram colhidos pareceres, houve preocupação quanto à forma de proceder à privatização e que o Tribunal de Contas irá pronunciar-se sobre esta matéria e, irá atribuir razão ou não à Câmara, pensando portanto que está na competência da Câmara Municipal ter tomado a posição que tomou, estando por isso o assunto ultrapassado.

Finalmente disse não ter medo das ameaças do Dr. Vitor Mangerão, referindo que têm medo sim é da falta de dinheiro para concretizar projectos, a Câmara vai assumir as suas responsabilidades; disse saber no entanto que algumas das palavras que aqui foram ditas essencialmente pelo Sr. Dr. Mangerão, são de incentivo e não unicamente de crítica, também têm alguma crítica é certo, mas a Câmara aceita o desafio, vai naturalmente alterar as suas posições, vai estar de uma forma diferente, sem esquecer no entanto que as outras posições que decorreram até aqui não lesaram o concelho.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada.

Eram 01.40 minutos do dia 15.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


Assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.